

INTERFACES ENTRE GÊNERO, DIREITOS E CULTURA: A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NO CINEMA DOCUMENTAL

**Humanidades
& Inovação**

*INTERFACES BETWEEN GENDER, RIGHTS AND CULTURE:
INDIGENOUS REPRESENTATION IN DOCUMENTARY FILM*

NAJLA HELEN GRAFF DE ARAÚJO SANTOS

Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8311202806569135>

E-mail: najlahelen@discente.ufg.br

Resumo: Este artigo investiga a interseção entre feminismos, direitos humanos e a representação de nós mulheres indígenas no cinema e documentários, com ênfase na forma como nós somos retratadas nas produções audiovisuais. A pesquisa adota os referenciais teóricos da interseccionalidade e dos marcadores sociais da diferença para investigar como tais representações impactam a construção de identidades e o reconhecimento de direitos. A partir da análise crítica de três filmes – Rionegrinas (2023), A Terra dos Índios (1979) e Chuva é Cantoria na Aldeia dos Mortos (2018) – o estudo evidencia a persistência de estereótipos coloniais e da hipersexualização dos corpos femininos indígenas. Ao denunciar essas narrativas recorrentes, o artigo aponta para a urgência de produções que rompam com visões exotificadas e promovam representações autênticas, que valorizem a agência, a resistência e o protagonismo de nós mulheres indígenas nas lutas por identidade, território e autonomia.

Palavras-chave: Resistência. Interseccionalidade. Identidade.

Abstract: This article investigates the intersection between feminism, human rights, and the representation of indigenous women in cinema and documentaries, with an emphasis on how we are portrayed in audiovisual productions. The research adopts the theoretical frameworks of intersectionality and social markers of difference to investigate how such representations impact the construction of identities and the recognition of rights. Based on the critical analysis of three films – Rionegrinas (2023), A Terra dos Índios (1979), and Chuva é Cantoria na Aldeia dos Mortos (2018) – the study highlights the persistence of colonial stereotypes and the hypersexualization of indigenous female bodies. By denouncing these recurring narratives, the article points to the urgency of productions that break with exotified views and promote authentic representations that value the agency, resistance, and protagonism of indigenous women in the struggles for identity, territory, and autonomy.

Keywords: Resistance. Intersectionality. Identity.

Introdução

A representação das mulheres no cinema tem sido um tema central nos estudos feministas, que questionam as narrativas tradicionais que reduzem as mulheres a papéis subalternos e estereotipados. No contexto de nós mulheres indígenas, essas representações se entrelaçam com o racismo e o colonialismo, resultando em uma visão exótica e hipersexualizada de nossos corpos. Ao longo do tempo, o feminismo tem desafiado essas construções, propondo narrativas que apresentam mulheres como protagonistas e agentes de suas próprias histórias. No caso de nós mulheres indígenas, a interseccionalidade entre gênero, etnia e classe revela as múltiplas opressões que nós enfrentamos, tanto no cinema quanto na sociedade.

Este artigo discute como essas representações são moldadas por relações de poder, e como cineastas indígenas e documentários têm buscado resgatar e valorizar as nossas lutas e identidades, rompendo com estereótipos coloniais e promovendo narrativas mais autênticas.

A representação da mulher no cinema

Em primeiro lugar, a representação de nós mulheres no cinema sempre foi um reflexo das dinâmicas sociais e culturais dominantes. Desde os primórdios da indústria cinematográfica, nós mulheres fomos frequentemente retratadas de maneira estereotipada e limitada, sendo muitas vezes confinadas a papéis subalternos ou passivos.

Durante décadas, o baixo nível de educação das mulheres brasileiras foi defendido sob o pretexto de preservar a família, o que garantiu a formação ideológica dos indivíduos e reforçou a divisão de classes. Além disso, a Igreja e o Estado contribuíram para reprimir e perpetuar as normas impostas pelo modelo familiar patriarcal.

A sociedade brasileira criou barreiras físicas e morais para nós mulher por meio da estrutura patriarcal da família. A hegemonia masculina, baseada na dominação e no poder, influenciou profundamente a vida e a mentalidade feminina, moldando a forma como nós mulheres se percebem e são percebidas.

Dentro desse contexto, as mulheres passaram a aceitar os estereótipos patriarcais sobre si mesmas, enxergando seus corpos, sua sexualidade, seu intelecto e suas emoções através do olhar masculino (AA, 1988). Como resultado, as representações femininas existentes até hoje foram criadas pelos homens e continuam influenciando a maneira como as mulheres contemporâneas se comportam, muitas vezes tentando se adequar a uma imagem idealizada que reflete os desejos masculinos, e não sua verdadeira identidade.

Essas imagens são amplamente difundidas pelos meios de comunicação, especialmente pelo cinema, e servem como modelos que moldam atitudes e comportamentos femininos. A teoria feminista do cinema argumenta que esses estereótipos impostos pela mídia operam como uma forma de opressão: ao transformar a mulher em objeto – especialmente para audiências masculinas –, também anulam sua subjetividade e seu papel social.

Esse processo de apagamento feminino encontra forte respaldo nos filmes da indústria americana, especialmente no chamado cinema clássico de Hollywood. Nesses filmes, a narrativa reforça a repressão da mulher em favor da ordem patriarcal e capitalista. Ao mesmo tempo em que justifica a subordinação feminina, projeta um ideal de mulher alinhado aos interesses da acumulação de capital.

Essa representação reduzia a arquétipos como a donzela em perigo, a esposa submissa ou o objeto de desejo, reforçava uma visão simplista do gênero feminino. Essas imagens, amplamente disseminadas ao longo do século XX, não apenas influenciaram a percepção social de nós, mas também ajudaram a consolidar desigualdades de gênero, nos colocando em posições de inferioridade em relação aos homens.

Nos primeiros anos do cinema, a indústria foi dominada por uma visão patriarcal que buscava reforçar papéis tradicionais de gênero. Éramos frequentemente retratadas como figuras fracas ou dependentes, cuja principal função nas histórias era apoiar os homens ou servir como o prêmio a ser conquistado. Nesse contexto, as produções cinematográficas não ofereciam uma

pluralidade de representações femininas, limitando-nos a explorar aspectos superficiais. Essas narrativas reforçavam uma ideologia que associava a feminilidade à fragilidade, à subordinação e à necessidade de proteção.

O movimento feminista, no entanto, ao longo das décadas, começou a questionar essas representações e a reivindicar uma mudança significativa na forma como nós mulheres éramos retratadas nas telas. A partir da década de 1960, as mulheres começaram a ganhar mais espaço no cinema, não apenas como figuras de apoio, mas também como protagonistas de suas próprias histórias.

Assim, alguns filmes como *Thelma & Louise* (1991) e *Mulher-Maravilha* (2017) representam tentativas de quebrar os estereótipos, apresentando personagens femininas complexas e independentes que desafiam as normas tradicionais de gênero. Contudo, mesmo com esses avanços, a indústria cinematográfica ainda luta contra os resquícios de representações sexistas, e nós mulheres continuam a enfrentar barreiras para alcançar uma representação igualitária e diversificada.

Nos dias atuais, embora o cinema tenha evoluído em termos de inclusão e diversidade, muitas mulheres ainda são retratadas através de lentes que objetificam ou simplificam sua experiência. Esse olhar cinematográfico perpetua a objetificação de nós mulheres, tratando-nos como objetos de contemplação visual, ao invés de sujeitos com agência própria.

Assim, a representação da mulher no cinema não deve ser vista de forma homogênea. A diversidade de experiências femininas ainda precisa ser mais explorada, com destaque para mulheres de diferentes etnias, classes sociais e orientações sexuais.

Em suma, embora o cinema tenha dado passos importantes na representação de nós mulheres, o trabalho de desconstruir estereótipos e garantir uma representação justa e autêntica ainda está longe de ser concluído. A indústria cinematográfica precisa continuar a evoluir, desafiando as narrativas tradicionais e oferecendo espaços para que as mulheres possam se ver refletidas de maneira plena, como protagonistas de suas próprias histórias e como indivíduos multifacetados.

Portanto, é necessário garantir que todas as mulheres, independentemente de sua origem, classe ou identidade, tenham a chance de ocupar papéis centrais nas produções cinematográficas, não apenas para promover igualdade, mas para enriquecer as narrativas e ampliar o espectro de experiências e histórias que o cinema pode oferecer ao público.

A representação indígena no cinema e documentários

À primeira vista, sabe-se que a forma como nós mulheres somos retratadas no cinema tem sido uma questão central nos estudos feministas e culturais, evidenciando as formas históricas de opressão e subordinação presentes nas narrativas cinematográficas. Ao longo do tempo, a indústria cinematográfica tem reproduzido estereótipos de gênero, colocando nós mulheres em papéis secundários ou reducionistas, como a dona de casa, o objeto de desejo ou a figura vulnerável que precisa de proteção.

Apesar disso, o feminismo, ao longo de suas diferentes ondas, tem desafiado essa construção cinematográfica, reivindicando narrativas que apresentem as mulheres como protagonistas e agentes de suas próprias histórias. Teóricas como Laura Mulvey (1975) destacaram o conceito do “male gaze” (olhar masculino), que evidencia como as mulheres no cinema frequentemente são enquadradas sob a perspectiva do desejo masculino, reforçando sua objetificação.

Nesse contexto, o cinema tem sido um espaço de disputa, onde, de um lado, persiste a reprodução de imagens sexistas, e de outro, surgem produções que buscam desconstruir essas representações e criar novas formas de narrar experiências femininas.

No caso de nós mulheres indígenas, essa questão se torna ainda mais complexa, pois nossas representações no cinema estão atravessadas não apenas pelo sexismo, mas também pelo racismo e pelo colonialismo. A nossa imagem foi historicamente construída a partir de uma ótica exótica e hipersexualizada, associando nossos corpos a símbolos de erotismo primitivo. Essa visão distorcida ignora nossas vivências reais e as nossas múltiplas formas de resistência, perpetuando a marginalização dos nossos povos dentro e fora das telas.

De forma semelhante, a mulher negra também enfrenta representações cinematográficas

limitadas e estereotipadas. A construção da mulher negra no cinema, muitas vezes, a coloca em papéis subalternos de subempregos, como a empregada doméstica, babá ou a mulher hipersexualizada. Bell Hooks (1992) discute como o olhar dominante no cinema frequentemente retrata a mulher negra de maneira desumanizadora, colocando-a em posições que reforçam estruturas racistas e também patriarcais. A falta de personagens negras complexas e protagonistas reflete a exclusão histórica de nós mulheres racializadas nos espaços de poder.

Apesar disso, a representação da mulher negra no cinema também está ligada à sua resistência e ao resgate de sua própria narrativa. Nos últimos anos, produções dirigidas e protagonizadas por mulheres negras têm desafiado esses estereótipos, trazendo personagens com histórias mais ricas e de grande representação. Alguns filmes como “Pantera Negra” (2018), “Roxanne Roxanne” (2017) e “O Ódio que Você Semeia” (2018), mostram como a presença de mulheres negras em papéis centrais podem transformar o imaginário social e contribuir para a desconstrução de estereótipos raciais e de gênero.

A teoria de Sherry Ortner traz a representação das mulheres negras no cinema que pode ser analisada a partir da ideia de que as mulheres negras, historicamente, foram associadas à natureza e à domesticidade, enquanto os homens foram identificados com a cultura e a racionalidade. Essa dicotomia se reflete de maneira ainda mais intensa quando observamos a representação das mulheres negras nas produções cinematográficas.

De acordo com Ortner, essa categorização não é natural, mas sim uma construção social que reforça hierarquias de poder. No cinema, essa lógica perpetua a marginalização das mulheres negras, frequentemente relegadas a papéis subalternos, como empregadas domésticas, ou hipersexualizadas como figuras exóticas e fetichizadas.

O livro *Mulheres e Violências: Interseccionalidades* (2017) destaca como a violência simbólica também se manifesta na forma como as mulheres negras são representadas no cinema e na mídia em geral. Essas narrativas reforçam estereótipos racistas e patriarcais que retiram dessas mulheres a possibilidade de serem vistas como protagonistas de suas próprias histórias.

Tal representação está alinhada com a análise de Ortner, que demonstra como a mulher é historicamente colocada em uma posição de subordinação, associada ao corpo e à reprodução, enquanto os homens dominam o espaço público e cultural. No caso das mulheres negras, essa dinâmica se intensifica devido à interseccionalidade entre racismo e sexism, que reforça sua exclusão dos espaços de poder e sua objetificação no imaginário social.

No entanto, tanto Ortner quanto as teóricas contemporâneas do feminismo negro, como Bell hooks e Kimberlé Crenshaw, argumentam que essas construções sociais podem ser desconstruídas. O avanço das produções cinematográficas dirigidas e protagonizadas por mulheres negras tem demonstrado uma ruptura com esses padrões, oferecendo narrativas que resgatam suas histórias e desafiam os estereótipos dominantes.

O livro *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*, organizado por Heloísa Buarque de Hollanda, reúne reflexões fundamentais sobre feminismos decoloniais, raça, gênero e poder, trazendo um olhar crítico sobre a colonialidade do saber e suas implicações na luta feminista. A obra destaca autoras como Lélia Gonzalez, María Lugones e Thula Pires, que abordam as interseções entre racismo, sexism e a exclusão histórica de mulheres negras e indígenas dos espaços de poder. A partir dessa perspectiva, o livro questiona as narrativas dominantes que moldaram o feminismo ocidental e propõe uma abordagem plural e situada, reconhecendo as experiências das mulheres racializadas na construção de novos horizontes políticos e epistêmicos.

A análise proposta no livro é essencial para compreender a representação das mulheres negras no cinema, que historicamente foram reduzidas a papéis subalternos ou hipersexualizados. Como argumenta Lélia Gonzalez, o racismo e o sexism operam conjuntamente para construir imagens estereotipadas das mulheres negras, reforçando sua desumanização e invisibilidade. No cinema, essa lógica se reflete em personagens como a “mulher negra forte”, que resiste a todas as adversidades, mas raramente tem espaço para demonstrar vulnerabilidade ou subjetividade, e a “mulher exótica”, que é erotizada sob o olhar colonial.

No entanto, a crítica decolonial apresentada no livro *Pensamento Feminista Hoje* contribui para a desconstrução dessas imagens e a reivindicação de novas narrativas que valorizem a experiência e a agência das mulheres negras no cinema. Filmes como *Rainha & Slim* (2019) e A

Cor Púrpura (1985) desafiam os estereótipos ao apresentar protagonistas negras complexas, que vivenciam suas histórias de forma autônoma, sem serem reduzidas a papéis marginalizados.

Do mesmo modo, as representações audiovisuais desempenham um papel fundamental na construção dos imaginários sociais e na formulação de debates sobre direitos humanos e justiça social. No caso de nós mulheres indígenas, o cinema e os documentários oferecem espaços de visibilidade, mesmo que também reforcem estereótipos e invisibilização histórica. A interseccionalidade entre feminismos, direitos humanos e representação indígena no cinema é um campo de análise essencial para compreender e perceber como essas produções dialogam com as nossas lutas por reconhecimento e autonomia.

Ao passo que, a interseccionalidade, conceito desenvolvido por KimberlénCrenshaw (1989), permite compreender como diferentes marcadores sociais da diferença – como gênero, etnia e classe – se entrecruzam na produção de desigualdades. No caso de nós mulheres indígenas, essa interseccionalidade se manifesta na sobreposição de opressões que enfrentamos, tanto pelo sexismo quanto pelo racismo estrutural. Assim, as representações audiovisuais podem reforçar ou desafiar essas opressões, dependendo da abordagem adotada pelos cineastas.

Nesse ínterim, Joan Scott (1995), em seu ensaio “Gênero: uma categoria de análise histórica”, propõe que o gênero deve ser compreendido como uma construção social que estrutura relações de poder e conhecimento. Essa perspectiva permite problematizar como nós mulheres indígenas somos representadas no cinema, questionando a maneira como nossos corpos são frequentemente vinculados a narrativas exóticas e sexualizadas. Ao tratar o gênero como categoria de análise, Scott evidencia como o poder opera na produção dessas imagens e no reforço de desigualdades estruturais e sociais.

Como resultado nos documentários e filmes analisados, percebe-se que a nossa representação ainda está atravessada por construções coloniais que limitam nossa autonomia e subjetividade. Segundo Scott (1995), as diferenças de gênero são naturalizadas para manter hierarquias sociais, e isso se reflete na maneira como nós mulheres indígenas somos frequentemente retratadas como figuras passivas ou como símbolos da natureza. Essa abordagem também é evidenciada por poetas quando nos retratavam como fetiche, posse e propriedade que precisavam ser “amansadas”.

Nós mulheres indígenas frequentemente somos fetichizadas e reduzidas a objetos de posse e desejo, como se nossos corpos estivessem disponíveis para servir. Essa visão colonialista e racista está enraizada no imaginário cultural e social, perpetuando a desumanização e a objetificação. Nas narrativas hegemônicas tanto quanto cinematográficas, muitas vezes somos chamadas genericamente de “índia”, negando-nos identidade, história e nome.

Sherry Ortner, em seu ensaio “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?”, propõe uma reflexão fundamental para a análise da representação feminina no cinema. A autora argumenta que, historicamente, a mulher tem sido associada à natureza e à esfera do doméstico, enquanto o homem é vinculado à cultura, ao pensamento racional e à construção simbólica da sociedade.

Assim, esse conceito ajuda a compreender como as narrativas cinematográficas perpetuam a visão da mulher como um ser passivo, muitas vezes reduzido a papéis de suporte, enquanto os homens assumem os postos de protagonistas, agentes do desenvolvimento e da transformação social. Esse processo de naturalização da subordinação feminina se reflete na forma como nós mulheres somos frequentemente retratadas como figuras frágeis, destinadas ao cuidado e à maternidade, enquanto os homens são representados como detentores do poder e da ação.

Essa construção social, analisada por Ortner, também está presente na representação de nós mulheres indígenas no cinema, onde a relação entre natureza e feminilidade é ainda mais acentuada. Essa perspectiva reforça uma visão colonialista e patriarcal que desumaniza e reduz essas mulheres a símbolos de um “primitivismo” idealizado. Ortner nos ajuda a entender como essas representações não são meramente artísticas, mas fazem parte de uma lógica histórica que mantém as mulheres em uma posição subalterna, tanto na sociedade quanto nas narrativas audiovisuais.

No entanto, Ortner também argumenta que essa hierarquização entre natureza e cultura não é uma condição imutável, mas sim uma construção social que pode ser desconstruída. Isso se alinha com os esforços contemporâneos de cineastas e teóricas feministas que buscam romper

com essas representações tradicionais e oferecer novas formas de narrar as experiências de nós mulheres.

No cinema indígena, há um movimento crescente de valorização das vozes femininas, que passam a ocupar o centro das narrativas, reivindicando não apenas sua humanidade, mas também sua participação ativa na cultura e na política. Dessa forma, o pensamento de Ortner contribui para a compreensão crítica das imagens femininas no cinema e reforça a necessidade de representações que desafiem os estereótipos historicamente impostos a nós.

Sob o mesmo ponto de vista, ao incorporar o conceito de gênero como categoria de análise, torna-se possível questionar criticamente as narrativas que circulam sobre nós mulheres indígenas no cinema e documentários. Assim, Scott (1995) aponta que a construção do gênero está sempre vinculada ao poder e às formas de dominação, o que exige uma revisão das representações que nos desumanizam e nos hipersexualizam. Portanto, a valorização de produções feitas por cineastas indígenas pode representar um caminho para desconstruir esses estereótipos, promovendo imagens mais autênticas sobre nós e sobre nossas lutas.

Do mesmo modo, os documentários e filmes que retratam as nossas lutas, frequentemente oscilam entre o reforço de estereótipos e a valorização das nossas vozes e experiências. O documentário “Rionegrinas” (2023) evidencia a nossa resistência na defesa de nossos territórios, trazendo o corpo feminino como um espaço simbólico de luta, assim também a noção de que nossos corpos são territórios em disputa que reflete a intersecção entre a dominação colonial, patriarcal e capitalista, que busca despossuir tanto nossas terras quanto nossas identidades culturais.

Assim também, o documentário “A Terra dos Índios” (1979), oferece um panorama das dificuldades enfrentadas por nós povos indígenas. No entanto, sua abordagem estética e narrativa frequentemente apresenta nós mulheres indígenas sob uma ótica que reforça nossa feminilidade como um elemento de contemplação. Assim, essa abordagem perpetua uma visão romantizada e mítica de nós mulheres indígenas.

Por outro lado, “Chuva é Cantoria na Aldeia dos Mortos” (2018) já traz uma perspectiva mais íntima, acompanhando a trajetória de uma jovem indígena em sua jornada de amadurecimento. O filme questiona a sexualização dos nossos corpos ao apresentar nossa subjetividade e os nossos desafios dentro e fora da nossa comunidade. A protagonista não é reduzida a um corpo exótico ou a um símbolo de resistência, mas sim representada como uma personagem complexa, que luta por suas escolhas e identidade.

A crescente presença de produções dirigidas por cineastas indígenas tem contribuído para a construção de narrativas que rompem com os estereótipos tradicionais. Essas produções não apenas retratam nós mulheres indígenas como protagonistas das nossas próprias histórias, mas também evidenciam nossas vivências reais, suas lutas por território, identidade e autonomia. Diferentemente das representações exóticas e romantizadas do passado, esses novos filmes abordam a nossa complexidade, nos inserindo em contextos sociais e políticos.

Outro aspecto relevante é a forma como essas novas narrativas desafiam a visão ocidental de progresso e modernidade, ao mesmo tempo em que revelam as tensões vividas por nós mulheres indígenas entre nossas tradições e os desafios impostos pela sociedade contemporânea. Em muitas dessas produções, é possível perceber um diálogo entre o passado e o presente, mostrando que nós não somos figuras congeladas no tempo, mas sim agentes de transformação dentro de nossas comunidades e no mundo.

Portanto, ao analisarmos essas produções, fica evidente a necessidade de expandir e valorizar as nossas narrativas. O cinema pode ser uma ferramenta poderosa para resgatar histórias silenciadas, proporcionando visibilidade e promovendo um olhar mais respeitoso e autêntico sobre a experiência feminina indígena.

Conclusão

Em conclusão, a representação de nós mulheres indígenas no cinema, é uma questão complexa e multifacetada, marcada por séculos de colonialismo, racismo e sexism. As narrativas audiovisuais históricas, predominantemente dominadas por olhares masculinos e eurocêntricos, contribuem para a formação de estereótipos prejudiciais que reduzem nós mulheres a papéis limitados e desumanizadores.

A objetificação e a hipersexualização do corpo feminino, sobretudo o corpo de nós mulheres indígenas, refletem uma construção colonial que continua a marginalizar nossas identidades, experiências e lutas. Esse panorama é reforçado pela nossa invisibilidade nas produções e pela representação de nossas culturas como algo exótico e primitivo, sem uma compreensão mais profunda e autêntica da nossas realidades e subjetividades.

Assim, o feminismo, tem sido um agente de resistência e transformação, desafiando essas construções estereotipadas e promovendo narrativas que buscam representar nós mulheres de maneira mais completa e complexa. A interseccionalidade, um conceito essencial para entender as múltiplas camadas de opressão, oferece uma lente crucial para examinar como nós mulheres indígenas enfrentamos simultaneamente o racismo, o sexism e o colonialismo. Nesse sentido, a análise das produções audiovisuais se torna um campo vital para entender como essas dinâmicas são reproduzidas ou contestadas.

Contudo, é crucial que as produções audiovisuais continuem a se afastar de abordagens exotizantes e sexistas e busquem novas formas de narrar as histórias de nós indígenas, promovendo uma representação mais fiel à diversidade de nossas realidades, lutas e resistências. A valorização do cinema indígena, feito por cineastas indígenas, se apresenta como um caminho promissor para romper com os paradigmas coloniais, oferecendo uma representação mais rica e complexa.

Referências

- ALMEIDA, Milton José de. **Cinema arte da memória**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- AMNB – **Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras**, São Paulo, jun. 2007.
- CALDAS, DARIO. (ORG). **Homens**: comportamento, sexualidade, mudança. São Paulo: SENAC, 1997.
- CANDIDO, Marcia Rangel; JÚNIOR, João Feres. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 2-14, 2019.
- COSTA, Maria Helena Braga e Vaz. Mulheres partidas: poética e política das imagens filmicas da mulher. **Bagoas**, Natal, v. 3, p. 97-114, 2009.
- DOANE, Mar y Ann. A economia do desejo: a forma da mercadoria no/do cinema. In: BELTON, John. **Movies and mass culture**. New Jersey: Rudge s University Press, 1996.
- FERREIRA, Ceixa. Reflexões sobre “a mulher”, o olhar e a questão racial na teoria feminista do cinema. **Famecos - Cultura, Mídia e Tecnologia**, v. 25, n. 1, p. 1-24, 2018.
- GUBERNIKOFF, Giselle. A imagem: representação da mulher no cinema. **Conexão - Comunicação e Cultura**, v. 8, n. 15, p. 65-77, 2009.
- RODRIGUES, A. M. P. & ZOBOLI, F. “Feminismo é para todo mundo?”: notas sobre mulheres vítimas de violações de direitos. **Revista Tempos E Espaços Em Educação**, 16(35), e19177, 2023.
- SCOTT, J. **Gênero como categoria de análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1993.

Recebido em 7 e novembro de 2025
Aceito em 6 de janeiro de 2026